

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	18. JAN. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

## Suspensão de actos do V Governo lança perturbação na administração pública

**Uma delegação oficial a uma sessão de uma organização internacional viu-se descredenciada; trabalhadores da função pública que aguardavam promoção desconhecem o que lhes vai acontecer; trabalhadores-estudantes, também da Função Pública, ignoram os direitos de que, eventualmente desfrutam.**

Estas algumas amostras dos efeitos produzidos pelas medidas suspensivas dos actos do Governo Pintasilgo tomados ou publicados após o dia 3 de Dezembro, levando na mesma onda deliberações de fundo, decisões conjunturais ou simples medidas pontuais, e que comentamos noutra local.

O executivo Sá Carneiro justificou-se, dizendo que o V Governo, a partir daquela data, não deveria ter ultrapassado os limites estritos da gestão dos assuntos correntes, pelo que as deliberações, entretanto tomadas, carecem de legitimidade política.

Simplemente, a vida não pára e o Governo não tomou as precauções devidas para evitar situações de quebra da continuidade. Circulos próximos do anterior Governo fizeram-nos notar que mesmo no 25 de Abril e no 11 de Março, datas caracterizadas por profundas alterações políticas, houve o cuidado de não anular deliberações de forma indiscriminada.

### Delegação oficial não credenciada

Aqui e acolá, contudo, o Governo tem vindo a rever a sua própria decisão. Fê-lo em relação à intervenção nos mercados de alguns produtos agrícolas e ao aumento das pensões sociais. Por outro lado o ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Freitas do Amaral confirmou, no último dia 11, todas as delegações ao estrangeiro. Essa confirmação foi transmitida ao Ministério do Trabalho que, por seu turno, apenas na segunda-feira, tomou conhecimento oficial do processo. Deste modo, não teve tempo de credenciar a delegação oficial portuguesa à 10.ª reunião da Comissão de Transportes Internos (OIT — Organização Internacional do Trabalho) em Genebra, antes do início da mesma, na última terça-feira. Os membros da delegação portuguesa permaneceram em Genebra com o estatuto de observado-

res, e o representante do Governo na delegação, dr. Rocha Pimentel, director-geral do Trabalho, só ontem seguiu para a Suíça. Integram, ainda, a delegação, Oliveira Covas, em representação da Intersindical, um representante da CIF e outro da CI, estes dois acompanhados de conselheiros técnicos. A 10.ª reunião da Comissão de Transportes Internos tem como temas a formação profissional de agentes de Caminho de Ferro, condições de trabalho dos ferroviários e nela será ainda feito o balanço da aplicação da resolução da anterior sessão da comissão.

### Função Pública

Quanto à Função Pública, além da intranquilidade provocada pela incerteza sobre o futuro de decretos como o da estruturação da Direcção-Geral da Contabilidade (cujos trabalhadores estiveram recentemente em greve) e da Cooperação, está parado o processo de elaboração de portarias ministeriais de correcção de anomalias na categoria dos funcionários.

As portarias deveriam estar concluídas no final do ano, conforme estabelecia o decreto de correcção de anomalias. No entanto, grande

parte dos Ministérios ainda não havia concluído esse trabalho pelo que o Governo de Lurdes Pintasilgo prorrogou aquele prazo. Outros dois pontos onde o Governo provocou o vazio são os respeitantes aos direitos sindicais e aos direitos dos trabalhadores-estudantes da Função Pública.

### Policlínicos

Outra questão candente suscitada pelas medidas suspensivas do Governo, é a rendição dos policlínicos do Serviço Médico à Periferia, que deveria efectuar-se a partir de 1 de Fevereiro. De modo geral, todas as pessoas com processos a aguardar decisões da administração pública foram prejudicadas pela situação gerada pelo VI Governo. Esta situação tem-se reflectido de forma sensível na produção do «Diário da República».

Leitores de «O Jornal» têm entrado em contacto com a nossa redacção, referindo, designadamente, dificuldades encontradas para obter respostas concretas dos serviços públicos para os casos que têm pendentes.

• Comentário, pág. 2

